

Ata sucinta da Audiência Pública para tratar de demandas apresentadas frequentemente pelos familiares de custodiados do Complexo Penitenciário de Ponte Nova, em 03 de setembro de 2020, solicitada pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos às 15 horas. Realizou-se abertura do evento com os Vereadores membros da comissão à mesa, Sérgio Antônio de Moura, Carlos Roberto de Oliveira Souza sob a presidência do Vereador Hermano Luís dos Santos, os demais vereadores presentes já ocupavam seus acentos. Para composição da mesa de autoridades convidou-se também o Diretor Administrativo da Penitenciária de Ponte Nova, Rodrigo Miranda Martins. O Presidente informou que a Defensoria Pública também foi convidada a participar, mas Maria Antonieta Rigueira Leal Gurgel justificou ausência. O Presidente informou que todos os presentes que tenham interesse podem se manifestar e que a audiência será registrada em ata em seguida encaminhada para a direção do Complexo Penitenciário de Ponte Nova, Defensoria Pública, Comissão Estadual de Direitos Humanos, Comissão Nacional de Direitos Humanos, apresentou alguns ofícios que já foram encaminhados ao Complexo Penitenciário e informou que, caso as famílias tenham interesse, os documentos estão à disposição para acesso. O Presidente explicou que a Audiência Pública foi realizada cumprindo as recomendações para prevenção de contaminação pelo coronavírus. Os Vereadores Sérgio Antônio de Moura e Carlos Roberto de Oliveira Souza fizeram suas considerações iniciais. Dada a palavra ao Diretor Executivo da Penitenciária de Ponte Nova, Rodrigo Miranda Martins, ele lembrou que em agosto de 2007, 25 presos foram mortos em Ponte Nova e solicitou um minuto de silêncio para reflexão quanto ao ocorrido. Explicou que, em virtude da pandemia do coronavírus, foi preciso adotar também no Complexo Penitenciário, protocolos encaminhados pelo Governo do Estado para prevenir quanto à contaminação pela COVID-19. Um destes protocolos é o encaminhamento de presos recentes para a Penitenciária de Ipatinga, referência da 12ª RISP, lá o detento cumpre o período de quarentena e então, retorna à comarca de origem. Outras medidas são, por exemplo, a higienização da unidade, o cancelamento de visitas presenciais. Rodrigo lembrou que a penitenciária tem 1.100 (mil e cem) detidos, número acima da capacidade, porém dentro dos parâmetros aceitáveis diante do cenário nacional. O Presidente da Audiência Pública convidou a Presidente da Casa, Ana Maria Ferreira Proença a ocupar a tribuna, ela pontuou que junto à Comissão, preocupou-se com os relatos apresentados por familiares de pessoas em privação de liberdade no Complexo Penitenciário e consideraram importante a realização da Audiência Pública presencialmente, mesmo num cenário de pandemia, reforçou que as medidas de prevenção do contágio pelo coronavírus estão sendo tomadas, relatou preocupação com a superlotação de presos na penitenciária de Ponte Nova, projetada inicialmente para receber 590 (quinhentas e noventa) pessoas. Os demais participantes da Audiência Pública tiveram direito a 3 minutos para apresentar a respectiva demanda: Roseli Aparecida Fagundes Ferraz perguntou se as cartas

estão chegando, se os detentos estão tomando banho de sol, se há alguém doente na cela e se os pertences estão chegando aos presos. Meire Maria de Oliveira Silva perguntou se os pertences estão sendo entregues, questionou sobre a morosidade na entrega das cartas, disse sobre o vazamento de vídeo em que presos pedem socorro e perguntou o que está acontecendo dentro do Complexo Penitenciário, pois estava preocupada com a situação do filho e demais presos. Vera Lúcia Ferraz afirmou que recebeu a informação de que o filho está “de castigo”, sem comida na cela e sem luz durante a noite, disse ainda que as cartas e pertences não estão chegando aos presos. Eliana Martins de Sousa perguntou se há médico atendendo no presídio, pois o filho precisa de atendimento para acesso à medicação para dormir, perguntou também se os pertences estão chegando, se estão ocorrendo as vídeo-chamadas e o que a família precisa fazer para ligar por vídeo para o familiar. Regiane dos Santos Vitorio afirmou que o marido necessita de consulta médica porque ele tem alergia e precisa de medicação, pontuou sobre a necessidade de vídeo-chamada para informações, disse que está sem retorno das cartas e afirmou que os familiares são mal tratados pelos servidores da penitenciária quando precisam dos serviços do local. O Presidente Hermano questionou se os advogados podem entrar na penitenciária ou se também estão proibidos neste momento. Rodrigo respondeu que os advogados podem fazer os atendimentos no Complexo Penitenciário em horários específicos, das 10h às 12h como medida de prevenção de contaminação pelo coronavírus. Disse que pode haver também o atendimento do advogado, principalmente durante a manhã por meio de vídeo-conferência. Explicou que há um médico que atende às demandas do Complexo Penitenciário durante 4 dias na semana e que no mês de agosto foram realizados cerca de 90 (noventa) atendimentos médicos, 992 (novecentos e noventa e dois) atendimentos da enfermaria, 188 (cento e oitenta e oito) atendimentos e ligações da assistente social, 72 (setenta e dois) atendimentos com psicólogas. Com relação às cartas, ele informou que devido à paralização dos Correios, elas não estão chegando à Penitenciária, pois a maioria dos funcionários estão em greve. As correspondências ou pertences encaminhados via SEDEX estão chegando normalmente e são entregues aos destinatários, esclareceu que os itens que excedem o limite de pertences ou que não podem entrar na unidade, não são entregues aos presos. Orientou que as famílias encaminhem as cartas junto aos pertences enviados por SEDEX para garantir que cheguem ao familiar. Informou que os Correios entregam as correspondências em frente à delegacia e que, em algumas ocasiões não há carro disponível no presídio para buscar as correspondências, o que implica que os presos recebam os pertences em dias posteriores ao dia de recebimento do SEDEX, quando da disponibilidade de carro para buscá-las. Voltando aos participantes: Maria Aparecida de Castro disse que o filho tem infecção de ouvido e perguntou aos agentes por diversas vezes se ele havia se consultado com médico, ao que foi respondida com grosseria, em algumas oportunidades, informou que o filho contraiu o coronavírus dentro da penitenciária e que só ficou sabendo disso ontem durante

vídeo-chamada realizada com mediação da psicóloga da unidade, Maria sugeriu que os pertences sejam encaminhados por moto-táxi para minimizar os impactos financeiros gerados pelo SEDEX que é caro, reclamou da demora da penitenciária para atender às ligações e enfatizou que o filho precisa de consulta médica e de receituário para comprar medicação, ela solicitou mais informações sobre a situação de saúde do filho com relação ao coronavírus inclusive. Lorena Santos de Paula perguntou se os medicamentos que entram via SEDEX estão sendo entregues, informou que o marido tinha uma prova da SEMED agendada para o dia 24 de agosto, mas ainda não fez a prova, disse que ele não recebeu as cartas e fotos enviados recentemente e questionou quanto à situação da CTC. Ingrid da Silva Honorata perguntou se os jumbos estão sendo entregues, informou que desde o início da pandemia só teve duas ligações da assistente social e questionou como o coronavírus contaminou os detentos visto que não há visita na penitenciária. Patrícia Souza Martins perguntou se seus familiares estão sendo bem cuidados e solicitou notícias a respeito deles, disse que enviou cartas e jumbo e não sabe se chegaram aos destinatários, afirmou que não fez vídeo-chamada ao marido até o momento. Nathália da Silva Rocha afirmou que o marido saiu do regime fechado, foi para o regime semi-aberto no mês de julho, no entanto ele foi para a ala 4, “de castigo”, sem luz, água ou comida e sem troca de vestuário, não teve acesso à roupa e ao jumbo que a família enviou, disse que o marido tem problema respiratório e solicitou que fosse atendido, no entanto, não recebeu atendimento psicológico nem de enfermagem porque a equipe avaliou que não era preciso, ela questionou o posicionamento dos profissionais, pontuou que o marido fez a prova do ENCCEJA, mas não recebeu o resultado da prova, afirmou que recebeu mensagem no whatsapp informando que ela não deveria comparecer à Audiência Pública e caso viesse, o marido sofreria represália na penitenciária, disse que o pai ainda não conhece a filha que tem 10 meses, afirmou que nunca recebeu chamada de vídeo para conversar com o marido. Nathália deixou, inclusive um documento manuscrito onde relata algumas demandas. Sobre os questionamentos apontados, Rodrigo Miranda Martins explicou que a jornada dos servidores foi modificada e o jumbo foi “cortado” com objetivo de diminuir o fluxo de pessoas dentro da unidade prisional, afirmou que o coronavírus pode entrar na unidade por meio de servidor, de um preso que cumpriu quarentena em Ipatinga, mas que pode ter começado a apresentar os sintomas somente aqui em Ponte Nova. Disse que não haverá represália no Complexo Penitenciário contra ninguém, e afirmou que tentam atender da melhor maneira possível, considerando que, em algumas ocasiões a situação foge do controle. Com relação à energia elétrica dentro da cela, ele afirmou que uma das diretrizes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública é a mudança da política de energia elétrica dentro das celas para evitar fogo dentro da prisão ou recarga de celulares, portanto Ponte Nova está se adequando. Pontuou que não existe ala “de castigo” em Ponte Nova, existe uma ala que foi remodelada, com energia do lado de fora da cela, disse que não há cela escura, ela é clara, iluminada.

Afirmou que a comunicação do indivíduo privado de liberdade não está sendo cerceada, no entanto, as correspondências não chegam ao Complexo devido à greve dos Correios, disse que os indivíduos têm direito ao jornal impresso. Explicou que as ventanas das celas foram fechadas para evitar que entrem ilícitos pelo local, pontuou que a entrada de ar é suficiente, mesmo com elas mantidas fechadas, como aponta parecer técnico. Afirmou que a CTC está suspensa, mas continua em vigência, mesmo que tenha expirado o prazo. Sobre cursos, lembrou que foi inaugurado neste ano o polo da UNOPAR no Complexo Penitenciário e que alguns detentos estão fazendo curso superior na unidade prisional. Reforçou que a direção da unidade tem trabalhado com a visão de ressocialização dos indivíduos, primando pelo diálogo, sem negligenciar a segurança e pontuou que em algumas ocasiões é preciso fazer uso da força bruta, como demonstrado em vídeo e áudio que circularam pelas redes sociais. Afirmou que não houve excesso na conduta dos servidores e que a ação se deu após tentativas frustradas de diálogo, esclareceu que o diretor da unidade não estava presente na situação, mas se apresentava na sala de vídeo acompanhando a ação que ocorreu dentro dos parâmetros legais. O Presidente mencionou novamente que as demandas levantadas pelos familiares serão oficializadas posteriormente ao Complexo Penitenciário e a resposta será disponibilizada às famílias que tiverem interesse em acessar o documento. Dada a palavra aos Vereadores, Francisco Pinto da Rocha Neto destacou a importância da presença destes familiares na Audiência e afirmou que alguns familiares não compareceram possivelmente por medo de represálias. O Vereador Leonardo Nascimento Moreira pontuou que também lidou com familiares que relataram receio de represálias, afirmou que a Segurança Pública necessita de investimento e melhorias, inclusive no trecho que dá acesso ao Complexo Penitenciário e perguntou como são classificadas as alas, se há possibilidade de novos agentes para o Complexo Penitenciário e qual o tipo de televisor pode entrar na unidade prisional. O Vereador André Pessata Nascimento parabenizou os familiares presentes e destacou a importância de trabalhar pela recuperação dos indivíduos em privação de liberdade com o objetivo de ressocialização. A Vereadora Ana Maria Ferreira Proença requereu informações sobre o CTC, solicitou que os presos com problemas respiratórios passem por consulta médica e pediu também que as famílias sejam informadas sobre a chegada das correspondências encaminhadas. O Vereador Carlos Roberto de Oliveira Souza pontuou sobre a importância de os servidores do Complexo Penitenciário realizarem suas atividades com respeito aos familiares que necessitam de informações e orientações sobre o familiar preso, solicitou que a unidade avalie a possibilidade de os pertences serem entregues com motoboy, tendo visto o impacto financeiro advindo do envio via SEDEX. O Vereador Sérgio Antônio de Moura parabenizou os familiares presentes, pontuou sobre a relevância do diálogo para a solução de problemas, lembrou que o Complexo Penitenciário age seguindo diretrizes do Governo do estado, o que pode impedir a tomada de decisão de forma autônoma, declarou compreender também a situação

das famílias que buscam por informações de seus entes queridos. Durante encerramento, o Presidente Hermano Luís dos Santos agradeceu aos presentes, relatou que também ouviu famílias que afirmaram receio em comparecer nesta Audiência por medo de represálias, reiterou que os detidos que cumprem pena na unidade prisional são pais, maridos, filhos, irmãos das pessoas presentes na Audiência Pública. Perguntou se o Complexo Penitenciário tem autonomia para determinar que os jumbos sejam entregues por motoboys na porta da unidade. Solicitou informações quanto às ligações realizadas pela assistente social, inclusive quanto ao número de ligações realizadas por dia, em média. Rodrigo Miranda Martins convidou todos os Vereadores da Casa para visitarem a unidade prisional que está passando por reforma. Ressaltou que as cartas não estão chegando ao complexo em virtude da greve dos Correios e reforçou que a família encaminhe a carta junto ao SEDEX. Quanto ao jumbo, explicou que o Complexo Penitenciário de Ponte Nova não tem autonomia para definir que os jumbos sejam entregues, pois foi suspenso, pelo estado, durante período de pandemia. Afirmou que a via que dá acesso à Penitenciária realmente precisa de melhoria e que ela, conforme Estado de Minas, é de responsabilidade do município. Informou que há um número reduzido de servidores, o que leva à sobrecarga de trabalho. Pontuou que caso haja agressão aos detentos, precisa ser investigada e comprovando-se o uso da força de forma ilegal, haverá punição aos responsáveis. Afirmou que desconhece que esteja acontecendo o uso ilegal da força dentro da unidade prisional. Lembrou que a assistente social realizou 188 (cento e oitenta e oito) atendimentos no mês de agosto, mais de 10 ligações por dia. Agradeceu à Prefeitura Municipal pela cessão de profissionais da saúde ao Complexo Penitenciário e explicou que há um número baixo de servidores disponíveis para lidar com as demandas que chegam frequentemente à unidade. O Presidente agradeceu novamente aos presentes, explicou que devido ao tempo, seria preciso encerrar a Audiência Pública, reforçou que será registrada ata da reunião e encaminhada em anexo ao ofício destinado às Comissões de Direitos Humanos Estadual e Federal, ao Complexo Penitenciário, à Defensoria Pública e ao Poder Judiciário. Não havendo mais nada a tratar, declarou encerrada a Audiência Pública às 16h40min. O conteúdo completo desta Audiência Pública encontra-se disponível em meio eletrônico para consulta dos interessados.

Hermano Luís dos Santos

Sérgio Antônio de Moura

Carlos Roberto de Oliveira Souza
Comissão de Cidadania e Direitos Humanos